

Demonstrações financeiras

Zona da Mata Geração S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Zona da Mata Geração S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zona da Mata Geração S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fulvio A. Matias de Carvalho', is written over the printed name.

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Zona da Mata Geração S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.542	3.536
Contas a receber	5	3.042	3.796
Estoques	6	1.332	1.287
Impostos a recuperar		56	14
Despesas antecipadas		195	151
Outras contas a receber		2	-
		9.169	8.784
Não circulante			
Contas receber - Indenização	7	79.283	79.283
Ativo financeiro da concessão	9	17.890	17.907
Depósitos judiciais		11	1
Imobilizado	8	5.371	5.004
Intangível	10	11.086	12.214
Ativo de direito de uso	11	678	102
		114.319	114.511
Total do ativo		123.488	123.295

Zona da Mata Geração S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	1.310	885
Impostos e contribuições a recolher	14	933	776
Dividendos a pagar	20	6.084	7.193
Arrendamento	11	315	133
Outras contas a pagar		86	3
		8.728	8.990
Não circulante			
Arrendamento	11	439	2
		439	2
Patrimônio líquido	15		
Capital social		74.921	74.921
Reservas de lucros		39.400	39.382
Total do patrimônio líquido		114.321	114.303
Total do passivo e do patrimônio líquido		123.488	123.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	16	39.749	37.986
Custo de geração de energia	17	(12.612)	(12.088)
Lucro bruto		27.137	25.898
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	17	(385)	(1.003)
Outras receitas (despesas) operacionais		(80)	(472)
		(465)	(1.475)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		26.672	24.423
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	507	356
Despesas financeiras	18	(55)	(41)
		452	315
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		27.124	24.738
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	19	(1.508)	(1.328)
		(1.508)	(1.328)
Lucro líquido do exercício		25.616	23.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	25.616	23.410
Total do resultado abrangente do exercício	<u>25.616</u>	<u>23.410</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total Patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2022		14.921	2.963	86.127	-	104.011
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	-	-	-	(7.558)	-	(7.558)
Integralização de capital via reserva de lucros	15.c	60.000	-	(60.000)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.410	23.410
Destinação do resultado:						
Constituição de reserva legal	15.b	-	1.171	-	(1.171)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(5.560)	(5.560)
Reserva de dividendos complementares	15.b	-	-	16.679	(16.679)	-
Em 31 de dezembro de 2023		74.921	4.134	35.248	-	114.303
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	15.c	-	-	(19.514)	-	(19.514)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	25.616	25.616
Destinação do resultado:						
Constituição de reserva legal	15.c	-	1.281	-	(1.281)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(6.084)	(6.084)
Reserva de dividendos complementares	15.b	-	-	18.251	(18.251)	-
Em 31 de dezembro de 2024		74.921	5.415	33.985	-	114.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		27.124	24.738
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais			
Depreciação de ativo imobilizado	8 e 17	317	306
Amortização de ativo intangível	10 e 17	1.146	1.779
Amortização de ativo de direito de uso	11 e 17	241	154
Juros sobre arrendamento	11	42	18
Baixa de ativo imobilizado	8	-	8
Baixa de ativo intangível	10	-	3.078
Atualização de indenização de ativo financeiro	11	17	214
Baixa de ativo financeiro por extensão de outorga	9	-	(2.853)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		754	201
Estoques		(45)	56
Impostos a recuperar		(42)	(4)
Despesas antecipadas		(44)	33
Depósitos judiciais		(11)	-
Outros		(2)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		425	15
Impostos e contribuições a recolher		1	(672)
Outras contas a pagar		83	71
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social		(1.352)	(838)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		28.654	26.304
Atividades de investimento			
Recebimento de indenização sobre ativo financeiro da concessão	9	-	711
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	8	(684)	(262)
Aquisição de bens para o ativo intangível	10	(18)	(967)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(702)	(518)
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(26.706)	(25.167)
Pagamento de arrendamento - principal	11	(240)	(200)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		(26.946)	(25.367)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.006	419
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		3.536	3.117
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		4.542	3.536
Variação de caixa e equivalentes de caixa		1.006	419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Zona da Mata Geração S.A. (“Zona da Mata” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima constituída em 05 de setembro de 2001, com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a atuação na indústria de energia elétrica nas áreas de geração e transmissão, bem como a participação como quotista ou acionista em outras empresas de quaisquer que sejam seus tipos e objetos sociais.

A Companhia é controlada pela Elera Renováveis S.A.

A Companhia detém a outorga de exploração em regime de serviço público da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) denominada João Camilo Penna (Cachoeira do Emboque) e das Centrais Geradores Hidrelétricas denominadas Cachoeira Alta, Matipó, Roça Grande, Santa Cecília e Miguel Pereira (“CGHs”), localizadas no estado de Minas Gerais, totalizando 24,25 MW de potência instalada.

Originalmente, o prazo de vigência da concessão da PCH João Camilo Penna era de 35 anos, contados a partir da data de assinatura de seu Contrato de Concessão nº 002/96, em 04 de julho de 1996.

No dia 17 de dezembro de 2015, a Zona da Mata recebeu da Eletrobrás o pagamento da indenização da UHE Neblina, conforme divulgado na Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, cujo montante corrigido é no valor aproximado de R\$12.780. Ocorre que o valor da indenização foi parcelado mensalmente durante 7 anos, o que resultou em uma ação judicial para reconhecimento do devido ressarcimento.

Diante desse fato, Zona da Mata obteve mandato de segurança que lhe garantiu o devido reconhecimento do pagamento único e à vista do valor devido. Em atendimento à ordem judicial proferida nos autos do Pedido de Efeito Suspensivo nº 0049778-75.2017.4.01.0000, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, relativos às indenizações das UHEs Coronel Domiciano e Ervália, a CCEE realizou em 28 de dezembro de 2018 o depósito de R\$32.123 na conta da Zona da Mata. Nos termos da Portaria nº 458/2015 do MME, de 01 de outubro de 2015, a Zona da Mata realizou a solicitação de depósito complementar junto a CCEE, assim como a realização dos depósitos mensais subsequentes, devidamente atualizados, tal como determinado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Por sua vez, a usina Maurício, também detida por Zona da Mata, teve seu pedido de extinção da outorga aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa 4.467/2013, publicada em 02 de janeiro de 2014. Nesse caso, não houve questionamento sobre o ressarcimento devido.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021 em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a UHE João Camilo Penna teve a vigência de sua outorga prorrogada para 25 de julho de 2033, aprovada por meio da Resolução Autorizativa nº 12.255, publicada em 05 de julho de 2022.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

O prazo da concessão da PCH João Camilo Penna pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessárias para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

Em 15 de agosto de 2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.242/2023, que aprovou definitivamente a metodologia de cálculo da extensão do prazo de outorga hídricas participantes do MRE. Como último passo administrativo, em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga da PCH João Camilo Penna para 25 de julho de 2033.

PCH	Potência em MW	Concessão / Registro ANEEL	Prazo da concessão	Local
João Camilo Penna	21,60	Contrato 02/1996	Julho de 2033	Raul Soares - MG

Além desta PCH, outras usinas fazem parte do contrato de concessão da Zona da Mata, que detêm registros publicados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes CGHs:

CGHs	Potência em MW	Registro da ANEEL	Prazo da concessão	Local
Miguel Pereira	0,74	Ofício 91/1998	Sem prazo	Miraí - MG
Santa Cecília	0,42	Ofício 91/1998	Sem prazo	Miraí - MG
Roça Grande	0,77	Ofício 91/1998	Sem prazo	Manhuaçu - MG
Cachoeira Alta	0,30	Ofício 91/1998	Sem prazo	Manhumirim - MG
Matipó	0,42	Ofício 91/1998	Sem prazo	Matipó - MG
	<u>2,65</u>			

As usinas sob registros seguem o determinado na Lei nº 9.074/95, alterada pela Lei nº 13.360/16, que prevê prazo indeterminado para exploração, devendo cumprir com as normas da agência reguladora atinentes, principalmente em relação à fiscalização.

As usinas que fazem parte do contrato de concessão da controlada Zona da Mata, ao término do período de concessão, serão indenizadas no montante calculado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), estabelecido pela MP 579, convertida na Lei 12.783/2013.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

A Companhia possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

<u>Indústria</u>	<u>Data do contrato</u>	
	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>
Distribuidora de energia	01/03/2007	07/07/2045

A data de vencimento do contrato de compra e venda de energia está de acordo com a data do término da concessão da UHE João Camilo Penna, ou seja, 25 de julho de 2033, embora a concessão da distribuidora Energisa MG tenha sido renovada até 07 de junho de 2045. Isto ocorre, pois, até o presente momento, a Administração da Companhia não possui plena exatidão da metodologia que será adotada para a renovação da concessão da UHE João Camilo Penna.

A tarifa de energia, exceto a da PCH João Camilo Penna, será atualizada pela ANEEL na mesma data de reajuste ou revisão tarifária da distribuidora de energia. Para a PCH João Camilo Penna, o preço da energia contratada é reajustado, anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

1.1. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1 Bases de elaboração e apresentação--Continuação

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 15 de maio de 2025.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 8);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota 11);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6);
- Ativo financeiro da concessão (nota 3.7 e 9); e
- Provisão para demandas judiciais (nota 13).

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, despesas antecipadas, depósitos judiciais, contas a receber de indenização e ativo financeiro da concessão.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, despesas antecipadas, depósitos judiciais, contas a receber de indenização e ativo financeiro da concessão.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) *Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, dividendos a pagar e arrendamento.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2024 e de 2023. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

As vidas úteis dos ativos da Companhia e os critérios de depreciação são demonstrados na Nota 8.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indicativos de *impairment*.

3.7 Ativo financeiro da concessão

A Companhia considerou as orientações emanadas da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e as orientações descritas em Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão.

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio de reajuste ou revisão tarifária da distribuidora de energia, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

(a) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000 no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Para os exercícios de 2024 e 2023, a Companhia optou pelo regime tributário Lucro Presumido.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10 Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.11 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.12 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

3.13 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13 Apuração do resultado--Continuação

a) Receitas de venda de energia elétrica--Continuação

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com <i>covenants</i>	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Alterações redacionais	01.01.2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado	Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	95	40
Aplicações financeiras (*)	4.447	3.496
Total	4.542	3.536

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	317	-
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	4.130	3.496
			4.447	3.496

5. Contas a receber

	2024	2023
Venda de energia	3.040	3.796
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	2	-
Total	3.042	3.796

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2024	2023
Saldo a vencer	3.042	3.794
Saldo vencido de 91 a 180 dias	-	2
Total	3.042	3.796

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração e de seus assessores jurídicos.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

6. Estoques

O estoque é constituído, em sua totalidade por peças de reposição, principais produtos utilizados para a realização do serviço oferecido. Esses insumos são consumidos em manutenção dos equipamentos. A Companhia avalia tempestivamente a recuperabilidade de seus estoques e entende que não existe a necessidade de qualquer tipo de provisão com relação à sua realização.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Estoque para reposição de peças	1.332	1.287
Total	<u>1.332</u>	<u>1.287</u>

7. Contas a receber - Indenização

A composição do contas a receber por indenização é a seguinte:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Indenização Neblina e Sinceridade	79.283	79.283
Total	<u>79.283</u>	<u>79.283</u>

A Zona da Mata busca, por meio da ação nº 0001189-76.2013.4.01.3400, indenização pela continuidade dos negócios decorrente da demora excessiva na análise e julgamento pelo órgão regulador nacional de energia (“ANEEL”) e União Federal, em relação ao pedido da Zona da Mata de renovação da concessão das PCHs Neblina e Sinceridade.

Apesar do Governo Federal ter declarado que as condições para a renovação estavam cumpridas, o referido processo administrativo demorou mais de 7 anos, havendo indícios de que pelo menos quase 5 anos se deveram exclusivamente a questões burocráticas. Essa renovação das referidas concessões, à época, era amparada pela Lei 9.074/1995, aplicável ao nosso caso particular. Nos termos da referida lei, tal renovação era viável.

Uma das consequências dessa demora, culminou com o fato do pedido da Zona da Mata ter sido prejudicado pela publicação da medida provisória 579/2012, que posteriormente se transformou na lei 12.783/2013, que alterou substancialmente as regras para a renovação da concessão das PCHs, não mais permitindo sua viabilidade econômica.

Em julho de 2019 o Tribunal Regional Federal (“TRF”) acolheu o pedido da Zona da Mata e condenou a União Federal ao pagamento de acordo com a continuidade da operação a ser calculado oportunamente na decisão final do processo.

Posteriormente à decisão do TRF, a União Federal e a ANEEL recorreram em diversas oportunidades. Tais recursos foram todos negados pelos Tribunais. Mais recentemente, a ANEEL e a União Federal interpuseram os chamados “recursos especial e extraordinário”, apresentados no 1º trimestre de 2022 ao Superior Tribunal de Justiça e aguardando o seu exame de provimento.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber – Indenização--Continuação

O processo transitou em julgado em 10 de agosto de 2024 e, conseqüentemente, é de entendimento pela diretoria da Companhia que a realização da receita do referido processo judicial passa a ser praticamente certa, conforme CPC 25, parágrafo 33.

Tal rubrica não deverá ser oferecida à tributação, por se tratar de indenização reparatória de danos, os quais foram provocados pelo Poder Público, além de não representar acréscimo patrimonial definitivo, mas tão somente sua mera recomposição, adicionado o fato que a natureza de indenização não se enquadra no conceito jurídico-constitucional de renda, lucro ou receita.

A decisão do TRF, acima mencionada, referiu-se à indenização referente aos ganhos que a Companhia foi privada por não ter conseguido renovar a concessão das PCHs Neblina e Sinceridade. A Administração da Companhia entende que os proventos calculados de acordo com os parâmetros e premissas regulatórias que são de domínio público por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e estão atualmente estimados em R\$79.283.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Em serviço			Em curso		
	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Total
31 de dezembro de 2022	4.271	2.376	1.251	481	833	9.212
Adições	-	-	-	199	63	262
Baixas	-	-	(1)	(7)	-	(8)
Transferências	364	460	(30)	-	(794)	-
31 de dezembro de 2023	4.635	2.836	1.220	673	102	9.466
Adições	-	-	-	24	660	684
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	58	-	-	-	(58)	-
31 de dezembro de 2024	4.693	2.836	1.220	697	704	10.150
31 de dezembro de 2022	(2.696)	(757)	(703)	-	-	(4.156)
Adições de depreciação	(203)	(67)	(36)	-	-	(306)
31 de dezembro de 2023	(2.899)	(824)	(739)	-	-	(4.462)
Adições de depreciação	(215)	(68)	(34)	-	-	(317)
31 de dezembro de 2024	(3.114)	(892)	(773)	-	-	(4.779)
Total em 31 de dezembro de 2023	1.736	2.012	481	673	102	5.004
Total em 31 de dezembro de 2024	1.579	1.944	447	697	704	5.371

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

A Companhia para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. Administração acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios, barragens e adutoras	30 a 50 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

9. Ativo financeiro da concessão

Com base nas disposições contratuais estabelecidas no Contrato de Concessão nº 39/1999 e na Portaria nº 2/1996, conforme descrito na Nota 3.7, a Companhia conclui que estão plenamente atendidos os requisitos para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros no reconhecimento contábil do montante relativo à parcela dos investimentos em infraestrutura ainda não amortizada. Esse montante decorre de direitos assegurados pela estrutura regulatória vigente, que prevê o reembolso integral dos investimentos realizados no âmbito da concessão por meio de mecanismos tarifários aprovados pela autoridade reguladora competente.

Tal reembolso, previsto contratualmente e operacionalizado por meio de revisões ou reajustes tarifários, caracteriza-se como um direito contratual incondicional de receber fluxos de caixa, independentemente da realização de obrigações futuras de desempenho por parte da Companhia. Essa característica o distingue, de forma substancial, de um ativo contratual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual exige, para reconhecimento, a existência de obrigações remanescentes de desempenho que condicionem o direito de recebimento por parte da entidade. Considerando que os investimentos relacionados já foram integralmente realizados e que os direitos a receber decorrem de compromissos firmados contratualmente e reconhecidos pela regulação setorial, não subsiste qualquer obrigação de prestação adicional que configure tal condição.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	17.907	15.979
Atualização monetária da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	(17)	(214)
Recebimento de parcela da indenização de Ervália e Coronel	-	(711)
Atualização ativo financeiro por extensão de outorga (*)	-	2.853
Saldo final	17.890	17.907

(*) A atualização decorre do aumento da outorga, com isso a Companhia será reembolsada no momento da devolução da usina em um valor menor.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Em serviço			Em curso		Total
	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Bens em andamento	Estoque de ativo fixo	
<u>Custo</u>						
31 de dezembro de 2022	10.891	14.100	11.508	2.275	811	39.585
Adições	-	-	-	887	80	967
Baixas	(7)	-	-	(2.844)	(227)	(3.078)
Transferências	918	(2.245)	304	1.023	-	-
31 de dezembro de 2023	11.802	11.855	11.812	1.341	664	37.474
Adições	-	-	-	18	-	18
Transferências	445	226	-	(671)	-	-
31 de dezembro de 2024	12.247	12.081	11.812	688	664	37.492
<u>Amortização acumulada</u>						
31 de dezembro de 2022	(7.817)	(6.518)	(9.147)	-	-	(23.482)
Adições de amortização	(971)	(398)	(410)	-	-	(1.779)
Baixas de amortização	1	-	-	-	-	1
Transferências	(481)	429	52	-	-	-
31 de dezembro de 2023	(9.268)	(6.487)	(9.505)	-	-	(25.260)
Adições de amortização	(341)	(626)	(179)	-	-	(1.146)
Baixas de amortização	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2024	(9.609)	(7.113)	(9.684)	-	-	(26.406)
Total em 31 de dezembro de 2023	2.534	5.368	2.307	1.341	664	12.214
Total em 31 de dezembro de 2024	2.638	4.968	2.128	688	664	11.086

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - Recebíveis de Concessão de Serviços Públicos.

a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1.292, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos intangíveis utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

b) Extensão de outorga

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Conseqüentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu o valor de R\$5.888, bem como extensão de 25 meses na sua respectiva outorga.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia (CCEE). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo de direito de uso e Arrendamento

A composição dos ativo de direito de uso é a seguinte:

<u>Custo</u>	<u>Veículos</u>
31 de dezembro de 2022	<u>427</u>
Adições	-
31 de dezembro de 2023	<u>427</u>
Adições	817
31 de dezembro de 2024	<u>1.244</u>
<u>Amortização</u>	
31 de dezembro de 2022	<u>(171)</u>
Adições de amortização	(154)
31 de dezembro de 2023	<u>(325)</u>
Adições de amortização	(241)
31 de dezembro de 2024	<u>(566)</u>
Total em 31 de dezembro de 2023	<u>102</u>
Total em 31 de dezembro de 2024	<u>678</u>

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados a outorga.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos de arrendamento são como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Valor nominal dos pagamentos futuros	1.004	138
Ajuste a valor presente	(250)	(3)
	<u>754</u>	<u>135</u>
Passivo circulante	315	133
Passivo não circulante	439	2

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	135	317
Adições	817	-
Pagamento	(240)	(200)
Juros sobre arrendamento (nota 18)	42	18
Saldo final	<u>754</u>	<u>135</u>

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo de direito de uso e Arrendamento--Continuação

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Total</u>
2026	285
2027	154
	<u><u>439</u></u>

12. Fornecedores

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Compra de energia - MRE/CCEE	86	203
Contas a pagar - Partes relacionadas (nota 20)	214	92
Fornecedores	1.010	590
	<u><u>1.310</u></u>	<u><u>885</u></u>

13. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

Causas possíveis:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, segue abaixo o resumo por natureza, dos processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Processos Tributários	-	471
Processos Cíveis	-	8.076
Processos Ambientais	8.356	15
Total	<u><u>8.356</u></u>	<u><u>8.262</u></u>

Tributário:

Em 31 de dezembro de 2024 não existem processos tributários, classificados como perda possível por seus assessores legais (R\$471 em 31 de dezembro de 2023 referente a uma ação anulatória (cujo valor do débito se encontra depositado nos autos).

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Cível:

Em 31 de dezembro de 2024 não existe processo cível, classificado como perda possível por seus assessores legais (R\$8.076 em 31 de dezembro de 2023 referente a uma ação demarcatória e uma regulatória).

Ambiental:

Em 31 de dezembro de 2024 existem processos ambientais, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$8.536 (R\$15 em 31 de dezembro de 2023), referentes a seis autos de infração e quarenta e seis indenizatórias. Constam, ainda, três ações ajuizadas em 2023 pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais avaliada pelos assessores legais como perda possível, porém sem valor associado no momento, e outros três processos.

14. Impostos e contribuições a recolher

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	282	218
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	146	119
Total - Impostos diretos	428	337
PIS - Programa de Integração Social	19	25
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	87	113
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	159	59
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	148	132
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias	27	39
Retenções - Lei nº 10.833	48	13
Outros	17	58
Total - Impostos indiretos	505	439
Total - Impostos a recolher	933	776

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$74.921, dividido em 16.720.653 (dezesesseis milhões, setecentos e vinte mil, seiscentas e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 11 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada nesta data, aprovaram o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$60.000, advindos das reservas de lucros.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.2) *Reserva de retenção de lucros*--Continuação

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	25.616	23.410
Constituição da reserva legal 5%	(1.281)	(1.171)
Lucro líquido ajustado	24.335	22.239
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	(6.084)	(5.560)
Constituição de reserva de lucros	(18.251)	(16.679)
Lucro líquido do exercício a destinar	-	-

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Deliberações do exercício de 2024:

- Em 25 de janeiro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares, referentes ao período de 31 de dezembro de 2023, no valor total de R\$1.740.
- Em 12 de junho de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares, referentes ao período de 31 de dezembro de 2023, no valor total de R\$8.900.
- Em 11 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares, referentes ao período de 31 de dezembro de 2023, no valor total de R\$8.874.

O total de dividendos distribuídos em 2024 foi de R\$19.514.

Deliberações do exercício de 2023:

- Em 06 de março de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram pagamento de dividendos complementares, constituída com base na reversão da reserva legal aprovada em 09 de dezembro de 2022, no valor total de R\$5.925 à conta da Reserva Especial.
- Em 11 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares, referentes ao período de 31 de dezembro de 2022, no valor total de R\$1.633.

O total de dividendos distribuídos em 2023 foi de R\$7.558.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita operacional líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional bruta		
<u>Fornecimento de energia</u>		
Venda de energia elétrica	38.035	38.378
Resultado com MRE e CCEE (*)	3.144	1.053
(Nota 19)	<u>41.179</u>	<u>39.431</u>
 <u>Deduções da receita operacional bruta</u>		
<u>Impostos sobre a venda</u>		
ICMS	-	-
PIS	(255)	(257)
COFINS	(1.175)	(1.188)
	<u>(1.430)</u>	<u>(1.445)</u>
 Receita operacional líquida	 <u><u>39.749</u></u>	 <u><u>37.986</u></u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

17. Custos de geração de energia e despesas administrativas e gerais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Custo do serviço de energia elétrica</u>		
Royalties ANEEL	(2.401)	(2.891)
Pesquisa e desenvolvimento	(7)	-
Total custo do serviço de energia elétrica	<u>(2.408)</u>	<u>(2.891)</u>
 <u>Custo com operação</u>		
Impostos, licenças e taxas	(32)	(69)
Viagens	(61)	(73)
Serviços de terceiros	(2.129)	(2.631)
Seguros	(1.931)	(1.721)
Pessoal	(92)	(26)
Depreciação do ativo imobilizado	(317)	(306)
Amortização do intangível	(1.146)	(1.779)
Amortização do ativo de direito de uso	(241)	(154)
Manutenção	(309)	(378)
MRE / CCEE	(3.326)	(1.556)
Telecomunicações	(122)	(180)
Aluguéis e utilidades	(22)	(57)
Promoção e publicidade	(22)	(19)
Rateio de despesas	(15)	-
Doações	(116)	-
Outros	(323)	(248)
Total custo com operação	<u>(10.204)</u>	<u>(9.197)</u>
 Total de custos	 <u><u>(12.612)</u></u>	 <u><u>(12.088)</u></u>

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

17. Custos de geração de energia e despesas administrativas e gerais-- Continuação

Despesas administrativas e gerais

Viagens	(3)	(81)
Serviços de terceiros	(382)	(772)
Seguros	-	(123)
Pessoal	-	(4)
Promoção e publicidade	-	(23)
Total das despesas administrativas e gerais	(385)	(1.003)

18. Resultado financeiro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	507	356
	<u>507</u>	<u>356</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento (nota 11)	(42)	(18)
Imposto sobre operações financeiras	(6)	(21)
Despesas com juros e descontos concedidos	(5)	-
Outros	(2)	(2)
	<u>(55)</u>	<u>(41)</u>
Resultado financeiro	<u>452</u>	<u>315</u>

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
<u>Corrente</u>		
Imposto de renda	(992)	(864)
Contribuição social	(516)	(464)
Total com despesas de impostos	(1.508)	(1.328)

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Impostos correntes				
Faturamento (fornecimento de energia) (nota 16)	41.179	41.179	39.431	39.431
	41.179	41.179	39.431	39.431
% para base de cálculo				
Base de cálculo	8%	12%	8%	12%
	3.294	4.941	3.154	4.732
Receitas financeiras	507	507	356	356
Outras receitas	223	223	1	1
Base de cálculo total	4.024	5.671	3.511	5.089
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
Imposto	1.006	510	878	458
Outros	(14)	6	(12)	6
Total	992	516	864	464

(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Passivo			
<u>Contas a pagar</u>			
Elera Renováveis Participações S.A.	(a)	59	57
Elera Renováveis S.A.	(a)	154	10
Tamgará Energia S.A.	(a)	1	9
Unidas Locação e Serviços S.A.	(b)	-	16
	Nota 12	214	92
<u>Dividendos a pagar</u>			
Elera Renováveis S.A.	(b)	6.084	7.193
		6.084	7.193
		6.298	7.285

(a) Contas a pagar entre a Companhia e outras empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

(b) Referem-se aos dividendos a serem pagos ao acionista da Companhia.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 2024 e 2023, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as entidades do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

21. Cobertura de seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2024 é de R\$154.024 (R\$126.708 em 31 de dezembro de 2023) para os bens vinculados à autorização, com vigência de 22 de junho de 2024 a 22 de junho de 2025.

A apólice de seguro mantida pela Companhia tem como proponente principal a Tangará Energia S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$450.000 (R\$620.000 em 31 de dezembro de 2023).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2022/2023 de 80% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Companhia. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2024			2023		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	95	-	95	40	-	40
Aplicações financeiras	-	4.447	4.447	-	3.496	3.496
Contas a receber	3.042	-	3.042	3.796	-	3.796
Contas a receber – Indenização	79.283	-	79.283	79.283	-	79.283
Ativo financeiro da concessão	17.890	-	17.890	17.907	-	17.907
	100.310	4.447	104.757	101.026	3.496	104.522

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2024	2023
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Contas a pagar	1.310	885
Dividendos a pagar	6.084	7.193
Arrendamento	754	135
	8.148	8.213

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2024 e 2023.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iv) *Risco hidrológico*

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados das demais usinas participantes do MRE.

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras hidrelétricas participantes do MRE não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da energia alocada de cada usina hidrelétrica, que é igual a garantia física da usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, multiplicado pelo *Generation Scaling Factor* (GSF).

Desta forma, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado GSF, fazendo com que a Companhia, tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco a Companhia aderiu ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de não renovação da autorização e concessão*

A Companhia detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, elevando o limite inferior das usinas classificadas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe ainda que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação, poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga, tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei 14.120, de 01 de março de 2021, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

23. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Ativo de direito de uso	2024
Total de movimentação do ativo de direito de uso (nota 10)	576
Adição de contratos de arrendamento	(817)
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	241
Arrendamento	
Total de movimentação do arrendamento (nota 9)	(619)
Adições de contratos de arrendamento	817
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	(198)

* * *